

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA  
NO DIA 29 DE JUNHO DE 2009

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e quinze minutos, iniciou-se e teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- SUSPENSÃO DO MANDATO DE GUILHERME LUIS LEITÃO CASTANHEIRA = PREENCHIMENTO DE VAGA/ VERIFICAÇÃO DE PODERES;

1.2-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27 DE ABRIL DE 2009.

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE/ INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DE CADA PARTIDO REPRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.3 – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4 - CONSTRUÇÃO DE NOVO COMPLEXO DE PISCINAS MUNICIPAIS DE SANTA COMBA DÃO= APROVAÇÃO DE PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DAS ACTUAIS PISCINAS MUNICIPAIS;

2.5- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE RELVÃO, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO

ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQ: SANDRA GORETI SANTOS VARELA.

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Verificando-se a falta do Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Prof. Salvador Massano Cardoso, nos termos do nº2 do Artº3º do Regimento a Sessão foi presidida pelo 1º Secretário e o 2º Secretário passou a ocupar o lugar de 1º Secretário.

Desta forma e para que a mesa ficasse completa o Sr. Presidente da Assembleia em exercício convidou o Partido Socialista e a Coligação a indicarem um candidato para ocupar o lugar de 2º Secretário. Não havendo qualquer indicação, a Sra. Deputada Paula Francisca Rodrigues Gomes mostrou disponibilidade para ocupar aquele lugar. Posta à votação esta disponibilidade a Assembleia aceitou-a por unanimidade.

Ficando desta forma a mesa completa, iniciaram-se os trabalhos presididos por Fernando Marques Soares Veloso, secretariado por António Agostinho Castro Cunha e Paula Francisca Rodrigues Gomes.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, Joaquim Santos, José Augusto Morais de Sousa, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia. Verificaram-se as faltas dos Srs. Deputados Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, César Fernando Lima Branquinho, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Sandro Branquinho de Matos e Paulo Dirceu Domingues dos Santos que justificaram a falta.

Antes de se passar para a Ordem de Trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia fez distribuir pelos Srs. Deputados a documentação referente ao ponto dois ponto quatro que devido a um lapso dos serviços a não tinham recebido.

O Sr. Deputado Boto Martins questionou a mesa sobre o conteúdo desta documentação, uma vez que da mesma não fazia parte qualquer documento referente ao Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que apenas a segunda parte deste ponto - Pedido de Autorização para Venda das Actuais Piscinas Municipais, era da competência da Assembleia, daí a documentação entregue dizer apenas respeito a esta parte do agendado.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que recomendou que passasse a haver mais cuidado na formulação da Ordem de Trabalhos para que a Assembleia apenas se pronunciasse sobre o que lhe dizia respeito, solicitando que fosse reformulado o texto em causa.

O Sr. Deputado Boto Martins sugeriu então que fosse retirado do texto do ponto dois ponto quatro a parte que não dizia respeito à Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia pôs à votação tal sugestão que foi aprovada por unanimidade, passando assim o ponto dois ponto quatro da Ordem de Trabalhos a ter a seguinte redacção: **CONSTRUÇÃO DE NOVO COMPLEXO DE PISCINAS MUNICIPAIS DE**

SANTA COMBA DÃO= PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DAS ACTUAIS PISCINAS MUNICIPAIS;

Seguiu-se para a Ordem de Trabalhos e para o seu ponto um: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: SUSPENSÃO DO MANDATO DE GUILHERME LUIS LEITÃO CASTANHEIRA = PREENCHIMENTO DE VAGA/ VERIFICAÇÃO DE PODERES. O Sr. Presidente da Assembleia informou que o cidadão que se encontrava a seguir na lista da Coligação para a Assembleia Municipal tinha sido devidamente convocado, mas no próprio dia desta sessão tinha enviado uma carta a renunciar ao mandato. Assim e não havendo tempo útil para convocar o elemento imediatamente a seguir na lista não havia qualquer substituição, remetendo a mesma para a próxima sessão.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27 DE ABRIL DE 2009. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação sendo esta acta aprovada por maioria com 21 votos a favor e 2 abstenções (Srs. Deputados António João dos Santos Martins e José Marques Duarte da Cruz).

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia convidou o Sr. Presidente da Câmara a dar resposta às questões colocadas na última sessão pelo aluno Simão da Escola Secundária de Sta. Comba Dão.

O Sr. Presidente da Câmara deu as seguintes respostas:

- Em relação à replantação das árvores disse que as que têm sido abatidas têm sido substituídas por outras mais adequadas às zonas urbanas. Informou que neste momento há mais árvores novas do que as que foram abatidas. A maioria destas foram abatidas devido a problemas causados pelas suas raízes nas estruturas subterrâneas;

- Sobre a requalificação da entrada principal para Sta. Comba Dão, disse que as entradas pelas Estradas Nacionais n.ºs 2 e 234 iam ser requalificadas brevemente e com auxílio de uma candidatura aos fundos do QREN, através do Projecto de Mobilidade Sustentável. Esta requalificação já foi adjudicada estando-se apenas a aguardar uma maior disponibilidade do empreiteiro que terá que ser para breve. Sobre a entrada no nó do IP3, também iria ser requalificada, era da responsabilidade da Câmara e aguardava uma maior disponibilidade por parte das equipas de jardinagem para efectuarem o seu embelezamento;

- Sobre o abandono do campo de areia e terreno circundante, explicou que aquele espaço não era propriedade do Município mas sim da EDP, tal como os terrenos onde se encontram as piscinas municipais. Sobre este local já há acordo com a EDP para a regularização da situação daqueles terrenos;

- Sobre a construção de uma casa mortuária, disse não estar prevista por não ser uma prioridade. Lembrou que a Câmara Municipal construiu e ofereceu à Unidade de Cuidados Continuados uma casa mortuária que eventualmente poderá servir para toda a comunidade;

- Em relação à possibilidade da existência de transportes públicos em Sta. Comba Dão, disse que a dimensão do concelho não justificava o que seria uma verdadeira rede de transportes públicos. Na altura das aulas o serviço é prestado pelos

autocarros que servem os alunos e agora com a entrada em funcionamento dos novos Centros Educativos a rede de transportes escolares será reforçada. Para além da dimensão do concelho havia que ter também em conta a capacidade financeira para serviços que são sempre deficitários. Era do interesse da Câmara e de todos, mas tinha que se perceber que a relação custo/benefício era claramente desfavorável a este serviço;

- Sobre a alternativa para as pessoas de baixo rendimento e forçadas a pagar estacionamento, disse que havia varias alternativas pois as distâncias entre os parques pagos e outros locais de estacionamento não pagos eram pequenas. Havia também a possibilidade de adquirir o cartão mensal que ficava muito mais barato;

- Em relação à recuperação do parque infantil atrás da Igreja da Misericórdia, disse que o seu encerramento foi originado por algum vandalismo e má utilização principalmente durante a noite. Estavam em preparação, em conjunto com a Junta de Freguesia a construção de dois novos parques infantis.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados para fazerem as suas intervenções.

Inscreveu-se apenas o Sr. Deputado João Boto Martins que referindo-se ao último Boletim Municipal começou por focar a sua boa qualidade, mas considerava de indevida a sua utilização por parte do Sr. Presidente da Câmara no que se refere ao Editorial. Considerava haver nele alguma confusão entre o ser Presidente da Câmara e o ser candidato a Presidente da Câmara. Não sabia se o que era dito era na qualidade de Presidente da Câmara ou de candidato a tal cargo. Assim receava que o Sr. Presidente da Câmara tivesse utilizado o Editorial do Boletim Municipal como candidato. Porque o comportamento dos candidatos nas próximas eleições não é, se não de uma forma genérica assunto que mereça a atenção da Câmara Municipal. Admitia que tivesse feito um Editorial exortando os diversos candidatos a ter um determinado comportamento cívico. O Sr. Presidente da Câmara ao dizer no Editorial que estimularia os que o acompanham a fazer campanhas assim ou assado, só podia entender esta posição como sendo de candidato às eleições. Considerou por isso o Editorial uma utilização menos adequada por parte do Sr. Presidente da Câmara.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder, este começou por dizer que o facto de ser Presidente da Câmara não limitava as suas intervenções, pois via-se constantemente o Sr. Presidente da República e o Sr. Primeiro Ministro a fazerem intervenções públicas e políticas sobre assuntos da actualidade e não havia dúvidas de que a próxima campanha eleitoral era um assunto da actualidade. Não achava que tivesse ofendido alguém ou tivesse imposto o que quer que fosse relativamente à sua condição de candidato. Não considerava que tenha utilizado o Boletim como candidato. No entanto o Sr. Deputado se achava que era assim tinha sempre a possibilidade de enviar uma queixa para a IGAL e depois logo se via.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2 do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE

## DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez a sua intervenção focando os pontos e assuntos já descritos na informação distribuída aos Srs. Deputados. Na parte financeira referiu com mais pormenor a aprovação por parte do Tribunal de Contas do Plano de Saneamento Financeiro apresentado pela Câmara Municipal. Ao contrário do que tinha sido dito, o Tribunal de Contas acabou por lhe dar razão pois ao ser aprovado era a demonstração de que o Plano estava bem elaborado.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados tendo-se inscrito os Srs. Deputados Boto Martins, Carla Cunha e José Augusto Sousa.

O Sr. Deputado Boto Martins começou por referir o tom conciliante e dialogante do Sr. Presidente da Câmara em relação às reservas que manifestou sobre o Editorial do Boletim Municipal. Recordou que o Plano de Saneamento Financeiro foi aprovado com votos contra de alguns deputados do Partido Socialista, que não se manifestaram contra o Plano mas sim contra a falta de exactidão e precisão de alguns dos parâmetros que têm que ser cumpridos, tendo até solicitado que nesse Plano fossem mais concretizadas as medidas de redução das despesas e de pessoal. queria deixar bem claro que nunca se tinham oposto ao Plano de Saneamento Financeiro, opuseram-se sim à maneira como ele estava formulado. O Plano foi aprovado mas segundo lhe parecia depois de pedidos alguns esclarecimentos à Câmara Municipal. Por isso apresentava um requerimento à Mesa para que fossem distribuídos aos Srs. Deputados, para uso futuro, os esclarecimentos solicitados e fornecidos ao Tribunal de Contas, isto para que se soubessem as reservas que o Tribunal teve à imediata aprovação do Plano de Saneamento Financeiro. Fez de seguida a entrega do requerimento à Mesa tendo o Sr. Presidente da Assembleia informado que o mesmo seria enviado à Câmara Municipal para que desse cumprimento ao solicitado.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir que não havia nenhum Plano de Saneamento Financeiro que depois de apresentado ao Tribunal de Contas fosse aprovado à primeira, sendo até mesmo muito raro que os contratos de obras públicas também passem sem pedidos de esclarecimento. Disse que o Tribunal de Contas utiliza este estratagema por questões de prazos, pois cada vez que manda um pedido de esclarecimento interrompe o prazo para resposta. Como o Tribunal de Contas tem um grande volume de trabalho aproveita para pedir esclarecimentos e assim alarga o prazo para dar uma resposta definitiva. Alguns dos esclarecimentos pedidos até nem faziam grande sentido e foram respondidos da forma já contemplada no Plano. Foi usado o termo “para utilização futura”, o Sr. Deputado podia utilizá-lo mas não enganando as pessoas, porque as pessoas não sabem que o Tribunal de Contas não aprova nenhum Plano de Saneamento Financeiro à primeira. Podia até dizer que o de Sta. Comba Dão foi aprovado em tempo recorde, dando exemplos de outros já aprovados e ainda por aprovar. Neste caso não se tratava de uma incapacidade da Câmara, tratava-se de uma incapacidade de tempo do Tribunal de Contas. Os pedidos de esclarecimento não foram nenhuma anormalidade.

O Sr. Deputado Boto Martins pediu a palavra para esclarecer que o termo “utilização futura” foi usado para o acompanhamento futuro da Assembleia na fiscalização do Plano na medida em que aqueles esclarecimentos possam ser úteis para se fazer o trabalho de uma maneira mais esclarecida.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Carla Cunha que começou por dizer que teve acesso aos documentos enviados ao Tribunal de Contas e por isso estava à espera de uma palavra do Sr. Presidente da Câmara para a bancada do Partido Socialista, mas não a que o Sr. Presidente da Câmara teve, mais uma vez foi mantida a sua postura arrogante. Efectivamente na correspondência trocada entre o Tribunal de Contas e a Câmara de Sta. Comba Dão o que foi pedido foi tudo aquilo que o Partido Socialista disse na Assembleia, que pelo vício de forma o processo não estava elaborado como devia. Referiu o conteúdo dos pedidos de esclarecimento dizendo que foram os que o Partido Socialista referiu e que estavam na sua Declaração de Voto. Terminou dizendo que o que esperava era que fosse dito que o Partido Socialista tinha tentado contribuir para o esclarecimento, era esta a postura e por isso dizia que o Sr. Presidente da Câmara era arrogante. Sabia que dizia que era arrogante devidamente credenciado porque o povo de Sta. Comba Dão tinha votado nele.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que estava à vista quem tinha postura arrogante, mas queria dizer que independentemente de tudo já tinha esclarecido que o Tribunal de Contas levantava sempre questões e a Sra. Deputada devia saber disso. Acrescentou que ficou demonstrado que a Câmara Municipal era uma porta aberta pois a Sra. Deputada até tinha conseguido obter os documentos sem ele saber. Disse também que a Sra. Deputada não deixava de ter razão, que ninguém dizia o contrário, o que interessava e isso devia ser valorizado pelo PS era a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro e que estava bem feito, tinha alguma falhas mas eram falhas perfeitamente sanáveis como aliás o foram.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa que começou por se referir à escolha do local onde se efectuou o desfile das marchas dizendo que não concordava com a retirada do separador central da Av. Sá Carneiro no local do desfile independentemente das intervenções que ali possam vir a ser feitas. Mostrou-se contra a utilização dos meios humanos que durante dias estiveram ocupados na montagem do recinto e que apenas serviu para dois dias de desfile e também contra a colocação da estrutura, paredes meias com um bairro habitacional onde vivem crianças e idosos e que tiveram que suportar o barulho até altas horas da noite. Achava que não era o prémio que os moradores daquele bairro mereciam, já que o programa de recuperação do bairro que havia, foi rasgado. No seu entender o local não foi o melhor pela localização e dimensões, haveria local mais apropriado para tal e que daria mais dignidade e oferecia melhores condições às marchas. Era a favor de tudo o que fosse actividade em Sta. Comba Dão, louvava o esforço de todos, mas lamentava como morador que aquele fosse o prémio dado ao bairro. As pessoas que assistiam ao desfile quando estivessem fartas do barulho podiam retirar-se e ir para casa, os moradores tiveram que suportar o barulho até ao fim.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que concordava com o que foi dito, frisando que a sua arrogância foi tanta que não concordando com o local acedeu

que fosse aquele pois foi o local escolhido por quem organizou. Só aceitou porque a organização insistiu na escolha e porque o arrancar do separador central no local já estava previsto no Plano de Mobilidade. Não podia ser acusado pois não foi o autor da escolha do local. Propôs algumas alternativas mas a organização insistiu naquele local. Se quisesse ser arrogante podia impor o lugar que achava ser o ideal mas não o fez pois a voz do povo é que manda. Não deixava de concordar com o Sr. Deputado. Disse também que os meios humanos e o tempo utilizados foram bem menores dos que foram utilizados no ano passado onde inclusivamente se teve de construir um estrado. Sobre o bairro disse que a sua recuperação não foi abandonada mas sim adiada. Continuava-se à espera dos dinheiros do QREN. O bairro é uma das preocupações que tem e será recuperado, eventualmente num projecto mais envolvente pois é necessário e com urgência mais um bloco de habitação social naquele local ou noutra, será uma questão a ser posta na altura às pessoas que ali vivem.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE/ INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DE CADA PARTIDO REPRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu que o Regulamento resultava da aplicação da Lei e o que se estava a fazer era aplicar a Lei.

Não havendo intervenções o Regulamento foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Deputado Agostinho Pires em nome da Coligação indicou a Sra. Deputada Paula Francisca Rodrigues Gomes para fazer parte do Conselho Municipal de Juventude e o Sr. Deputado Boto Martins em nome do Partido Socialista indicou a Sra. Deputada Edite da Conceição Alves Cruz para fazer parte do mesmo Conselho. Estas indicações postas à votação foram aceites por unanimidade.

Passou-se para o ponto dois ponto três: SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que quando foi apresentado o orçamento para este ano tinha dito ser possível aparecerem várias propostas de revisão resultantes de na altura não se saber que espécie de candidaturas ao QREN se podiam fazer e também poderem aparecer possibilidades de novas candidaturas. Esta revisão tinha a ver com a possibilidade de construir um novo complexo de piscinas municipais que surgiu no principio do mês devido à abertura de uma nova actividade. Em termos globais o orçamento não sofria alterações, mas era necessário fazer esta revisão em virtude da necessidade de abrir uma nova actividade.

Não havendo pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados esta revisão foi posta à votação sendo aprovada por maioria com 18 votos a favor (13 da Coligação e 5 do Partido Socialista) e 5 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins, José Augusto Sousa, Carla Cunha, Edite Cruz e Nuno Pereira).

Nesta altura o Sr. Presidente da Assembleia concedeu um intervalo de cinco minutos a pedido do Sr. Deputado Boto Martins para que o Partido Socialista se

debruçasse sobre a documentação referente ao ponto dois ponto quatro e que foi distribuída no início da sessão.

Reiniciados os trabalhos passou-se para o ponto dois ponto quatro: CONSTRUÇÃO DE NOVO COMPLEXO DE PISCINAS MUNICIPAIS DE SANTA COMBA DÃO= PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DAS ACTUAIS PISCINAS MUNICIPAIS. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir que como já tinha dito antes surgiu a possibilidade de se construir um novo complexo de piscinas municipais. Em reunião de Câmara ficou estabelecido que este projecto só iria para a frente com duas condições cumulativas, primeira que sejam financiadas pelo QREN e a segunda que quem concorresse para a construção das novas piscinas tivesse que dar um preço para a compra das actuais piscinas com um eventual aproveitamento para hotelaria ou imobiliária. Só nestas condições o processo avançará ou seja que o novo complexo seja construído com custo zero para a Câmara. Fez o historial do actual complexo de piscinas, as suas actuais limitações em termos de custos, a necessidade a curto prazo de se fazerem intervenções de manutenção bastante dispendiosas. O novo complexo será construído junto ao novo Centro Educativo para se tirar partido da proximidade com as estruturas desportivas e escolares. A localização e as dimensões das actuais piscinas limitam vários projectos em curso e limitam a prática desportiva. O novo complexo a ser construído terá condições auto-suficientes de energia tendo até excedentes que serão canalizados para outras estruturas próximas o que trará benefícios em termos de custos. A sua nova localização e as condições potenciarão o estabelecimento de novos protocolos de utilização com várias entidades o que hoje não é possível com as actuais piscinas. Esta é uma oportunidade para que Sta. Comba Dão possa ter uma infra-estrutura com grande qualidade substituindo outra, que não sendo velha foi construída numa altura em que não havia as tecnologias hoje existentes. Terminou voltando a referir que constava do caderno de encargos, que quem quisesse concorrer à construção das novas piscinas teria que valorizar o actual complexo e dar o seu valor de referência.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados. Inscreveu-se o Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que quando se fala em alienar património surgem sempre dúvidas, no entanto se todos os esclarecimentos dados agora tivessem sido fornecidos anteriormente essa reserva não teria acontecido e não teriam pedido o intervalo para estudar a questão. Partindo do princípio que se trata de construir um equipamento mais moderno, mais funcional e com muito mais potencialidades substituindo um equipamento desactualizado e tudo isto a custo zero é claro que é um bom negócio e uma iniciativa de aplaudir. Por esta razão o Partido Socialista não ia opor-se à venda das actuais piscinas nas condições propostas. Solicitou ainda esclarecimento sobre a informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara de que as actuais piscinas não se localizavam em terrenos camarários, aparecendo agora a proposta da venda das piscinas gostava de ser esclarecido como vai ser resolvido o problema.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara informou que o Município tinha um acordo com a EDP em fazer-se um loteamento em nome desta e elaborado pelo Gabinete de Planeamento. A pretensão da EDP é de quarenta fogos que é o que estava

no negócio inicial, a capacidade de construção no local permite hoje com quatro lotes de terreno satisfazer o pretendido pela EDP, os restantes lotes de terreno incluindo o lote onde estão as piscinas são cedidos à Câmara Municipal. A única contrapartida é ser a Câmara a promover o loteamento, sendo essa uma situação que até convém à própria Câmara.

Não havendo mais pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE RELVÃO, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQ: SANDRA GORETI SANTOS VARELA. O Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados, não havendo inscrições passou-se para a votação sendo o pedido aprovado por maioria com 21 votos a favor (13 da Coligação e 8 do Partido Socialista) e 2 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados Boto Martins e José Augusto Sousa).

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Sr. Presidente da Assembleia leu para esclarecimento e tomada de conhecimento os Artigos do Regimento que regulamentam as intervenções do público, abrindo de seguida as inscrições ao público presente para intervir.

Registou-se a inscrição do Sr. Francisco Machado Vieira, residente na Rua do Outeirinho, Sta. Comba Dão que começou por dizer que era a primeira vez que assistia a uma sessão da Assembleia, considerou a Assembleia além de deliberativa também participativa, estava ali sem qualquer ligação partidária e gostava de dar a sua contribuição para as futuras eleições autárquicas. Verificou que se discutem mais pessoas do que ideias, referindo-se à situação que o chocou como cidadão ao discutir-se numa Assembleia como esta que o Sr. Presidente da Câmara terá dito na sua potencial condição de candidato à Câmara que fará os possíveis pela elevação do próximo acto eleitoral. Não lhe parecia que tivesse importância a discussão deste assunto na Assembleia.

Nesta altura o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu o munícipe para solicitar que nos termos do Regimento a intervenção fosse feita no sentido de pedir esclarecimentos e não em emitir opiniões.

O Sr. munícipe lamentou que não pudesse prosseguir a intervenção e solicitou então esclarecimento sobre a maneira como se iria fazer a campanha eleitoral e como os munícipes seriam esclarecidos pois vão votar em projectos, em ideias e não em combates pessoais.

O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que não lhe competia dar aquele tipo de esclarecimento e convidou as duas bancadas a esclarecer o solicitado. Não se verificando qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para se referir novamente ao Editorial do Boletim Municipal para especificar um pouco mais o conteúdo do Editorial. Para já porque é um assunto actual e depois dizer que a

intenção de abordar as eleições Autárquicas tinha exactamente a ver com a actualidade, fê-lo na qualidade de Presidente da Câmara, sendo aquele o único meio que tinha para o fazer, não fez qualquer apelo ao voto, não disse que era melhor que os outros, o que disse é que gostaria e voltava a apelar a todos os candidatos para que fizessem a campanha de uma forma elevada, porque da sua parte o compromisso que assumia era fazer exactamente o mesmo, se isto era utilizar o Boletim como candidato então que fosse e por isso disse ao Sr. Deputado para pedir um esclarecimento às entidades que superintendem nesta matéria e se estivesse errado com certeza que seria castigado.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, dela se lavrando a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.